

R7 – 16/11/2012

Eletrobras perderá R\$ 20 bi em 5 anos com renovação de contrato

<http://noticias.r7.com/economia/noticias/eletrobras-perdera-r-20-bi-em-5-anos-com-nova-tarifa-20121116.html?question=0>

Essa será a diferença de receita, caso a empresa renove a concessão

A Eletrobras vai perder R\$ 20 bilhões, de 2013 a 2017, exclusivamente com a redução da tarifa de energia relativa às concessões renovadas antecipadamente, segundo cálculo do **Instituto Acende Brasil**.

Esta é a diferença entre o quanto a empresa teria de receita com a continuidade do contrato até 2017 nas condições anteriores e o quanto passará a receber pelo megawatt-hora a partir de 2013, caso opte pela renovação.

Para o presidente do instituto, **Claudio Sales**, ao acatar as novas regras, os integrantes do conselho de administração da empresa estarão sendo pessoalmente prejudicados.

- Por ser uma sociedade anônima, a empresa não pode tomar qualquer decisão contrária a seus próprios interesses econômicos.

Nesta semana, o ex-presidente da Eletrobras José Luiz Alquéres deixou o conselho da estatal, alegando conflito de interesses com o de outras empresas das quais também participa do conselho.

- O momento de mais uma reforma institucional que o setor está entrando com a vigência da recentíssima MP 579 ampliou sobremaneira a possibilidade de conflito entre a minha atuação como conselheiro da Eletrobras e minhas demais atividades.

Em sua carta de demissão, Alquéres afirmou também que o governo destrói brutalmente o valor da Eletrobras. O professor Nivalde José de Castro, do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ, é categórico ao afirmar que os próximos leilões de empreendimentos no setor elétrico estão ameaçados, caso o governo não altere a medida provisória.

- Os leilões correm o risco de terem deságios menores, com a presença de menos concorrentes, ou eventualmente um grande projeto não ter interessados por ter um risco grande.

Mas ele aposta que o governo vai acabar modificando a polêmica MP 579.

- A proposta geraria uma perda econômica e financeira muito grande entre as empresas envolvidas.

Castro lembrou que o texto ainda precisa de aval do Congresso Nacional para sair do papel. As informações são do jornal O Estado de S.Paulo